<código aberto>

ESTUDO ESTRATÉGICO DO CÓDIGO ABERTO

A geografia do cerco e as fronteiras do poder

O Escudo das Américas, a arquitetura do poder hemisférico e os riscos à soberania brasileira

REYNALDO ARAGON / 6 DE NOVEMBRO DE 2026

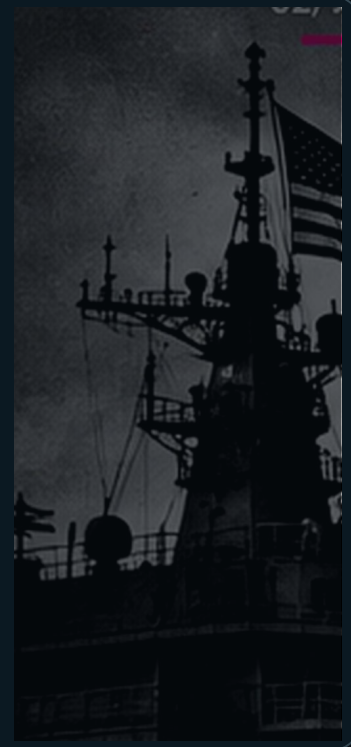
O que este estudo investiga

Uma investigação estratégica sobre poder, capacidade e autonomia.

Não se trata de somar bases em um mapa. Trata-se de entender como decisões jurídicas, recursos econômicos e meios militares alteram as opções de um país.

- Documentos oficiais e cronologia de 2025–2026
- Mapa de coalizões, acordos e presença militar
- Riscos e cenários para a soberania brasileira

6 dimensões articuladas
90 slides auditáveis



A pergunta central

O que muda para o Brasil quando Washington amplia o poder de definir as regras do hemisfério?

1 **Doutrina**
Prioridade hemisférica

→

2 **Instrumentos**
Acesso e cooperação

→

3 **Efeitos**
Custos e dependências

→

4 **Brasil**
Liberdade de escolha

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

Como ler este dossiê

Três classes gerais de evidência, com seus limites explicitados.

01

Documento

O que governos e instituições formalizaram.

02

Ato observado

Exercício, sanção, acordo ou atividade datada.

03

Inferência

Efeito plausível, condicionado a mecanismos verificáveis.

As seis dimensões da investigação

A leitura estratégica integra fenômenos que isoladamente parecem desconectados.

01 **Militar e territorial**

02 **Geopolítica e diplomacia**

03 **Econômica e financeira**

04 **Cibernética e tecnológica**

05 **Informacional e psicológica**

06 **Político-institucional e social**

O núcleo do problema

Quatro números e uma distinção metodológica.

17 assinaturas na declaração militar de março

19 países na rede operacional anunciada em agosto

15 governos na declaração de setembro

0 provas públicas de base nuclear nova em países do Escudo

Participação política, operação militar e presença territorial não são categorias intercambiáveis.

FONTES: A02 · A03 · A04 · A20

<código aberto>

PARTE I

I. As raízes do poder hemisférico

Da Doutrina Monroe às estratégias norte-americanas de 2025–2026.



Dois séculos de projeção hemisférica

A lógica de primazia muda de instrumentos ao longo do tempo.



Linha do tempo baseada em documentos datados. A sucessão cronológica não estabelece causalidade.

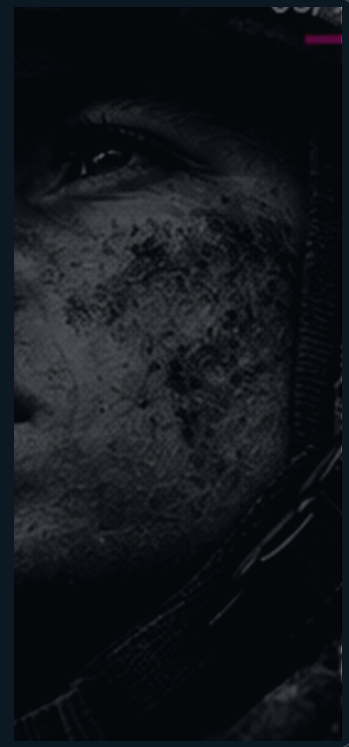
1823: América para os americanos?

A Doutrina Monroe nasceu numa disputa contra a ingerência de monarquias europeias.

Seu significado histórico mudou conforme a capacidade material dos Estados Unidos cresceu.

- Declaração diplomática no século XIX
- Posterior expansão da influência econômica e militar
- Interpretações regionais contestadas ao longo do tempo

Doutrina política ≠ tratado que autoriza intervenção



1904: o corolário Roosevelt

A intervenção passa a ser reivindicada como instrumento de ordem regional.

> **O argumento da estabilidade hemisférica se combinou à pretensão de exercer funções policiais internacionais.**

Síntese histórica; não é citação literal de documento

A Guerra Fria consolidou uma rede

Infraestrutura, alianças e práticas de segurança precedem 2026.

01

Instalações

Pontos militares e apoio logístico de longa duração.

02

Doutrina

Segurança hemisférica e combate a ameaças definidas por Washington.

03

Cooperação

Formação, inteligência e interoperabilidade entre forças nacionais.

Depois de 1991, outros instrumentos

A ausência de guerra entre superpotências não eliminou a competição pela influência regional.

1. **Crime transnacional** — Agendas de segurança
2. **Finanças** — Sanções e conformidade
3. **Dados** — Infraestrutura digital
4. **Logística** — Portos e corredores

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

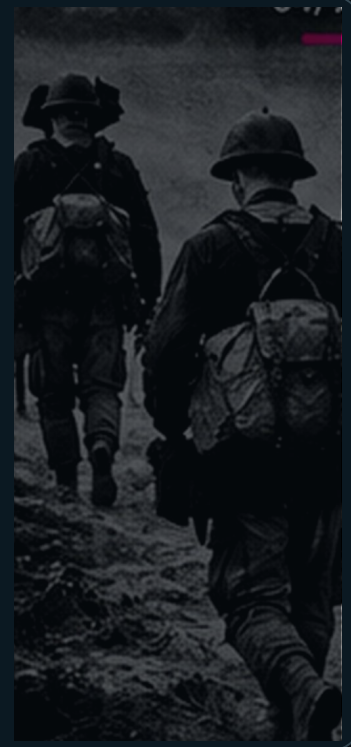
Dezembro de 2025: nova estratégia de segurança

A Casa Branca explicita a centralidade do Hemisfério Ocidental.

O documento recupera a linguagem de preeminência e demanda maior alinhamento em áreas sensíveis.

- Competição com potências extrarregionais
- Acesso a infraestrutura e ativos estratégicos
- Cooperação política, econômica e de segurança

Marco: National Security Strategy Dezembro de 2025



Janeiro de 2026: a defesa explicita a prioridade

A Estratégia Nacional de Defesa transforma a primazia hemisférica em prioridade militar.

> **Restaurar a predominância militar dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental e preservar acesso a terrenos-chave.**

Síntese fiel da NDS 2026, seção “Trump Corollary”

O SOUTHCOM como organizador regional

Comando, cooperação, acesso e exercícios são partes diferentes de uma mesma arquitetura institucional.

01 **Comando e controle**

02 **Relações com parceiros**

03 **Exercícios combinados**

04 **Acesso e apoio logístico**

05 **Inteligência e vigilância**

06 **Infraestrutura estratégica**

O que a doutrina prova — e o que não prova

A fronteira entre capacidade e intenção é central.

Documentado

- Prioridade hemisférica explícita
- Busca de acesso regional
- Competição com a China

Não demonstrado

- Ordem de ataque ao Brasil
- Plano único de invasão
- Coalizão formada contra Brasília

<código aberto>

PARTE II

II. O Escudo e a geografia da presença

Coalizão política, rede operacional e instalações existentes: mapas distintos.



O que é o Escudo das Américas?

Uma articulação liderada pelos EUA cuja configuração varia entre documentos e momentos.

01

Fórum político

Chefes de governo e posições diplomáticas conjuntas.

02

Declaração militar

Compromissos de cooperação contra organizações criminosas.

03

Rede operacional

Força-tarefa, exercícios e parceiros militares regionais.

Três pilares declarados em setembro

O texto oficial vai além do combate a cartéis.

01

Economia

Investimento, minerais críticos e fornecedores digitais.

02

Segurança

Inteligência, coordenação e repressão ao crime transnacional.

03

Multilateral

Articulação diplomática e iniciativas em fóruns regionais.

Quatro documentos, quatro denominadores

Não existe um único mapa atemporal de integrantes.



Linha do tempo baseada em documentos datados. A sucessão cronológica não estabelece causalidade.

Março: a declaração militar de Doral

Estados Unidos e 16 governos parceiros assinaram o documento militar.



17

assinaturas no total

5 mar

data do documento

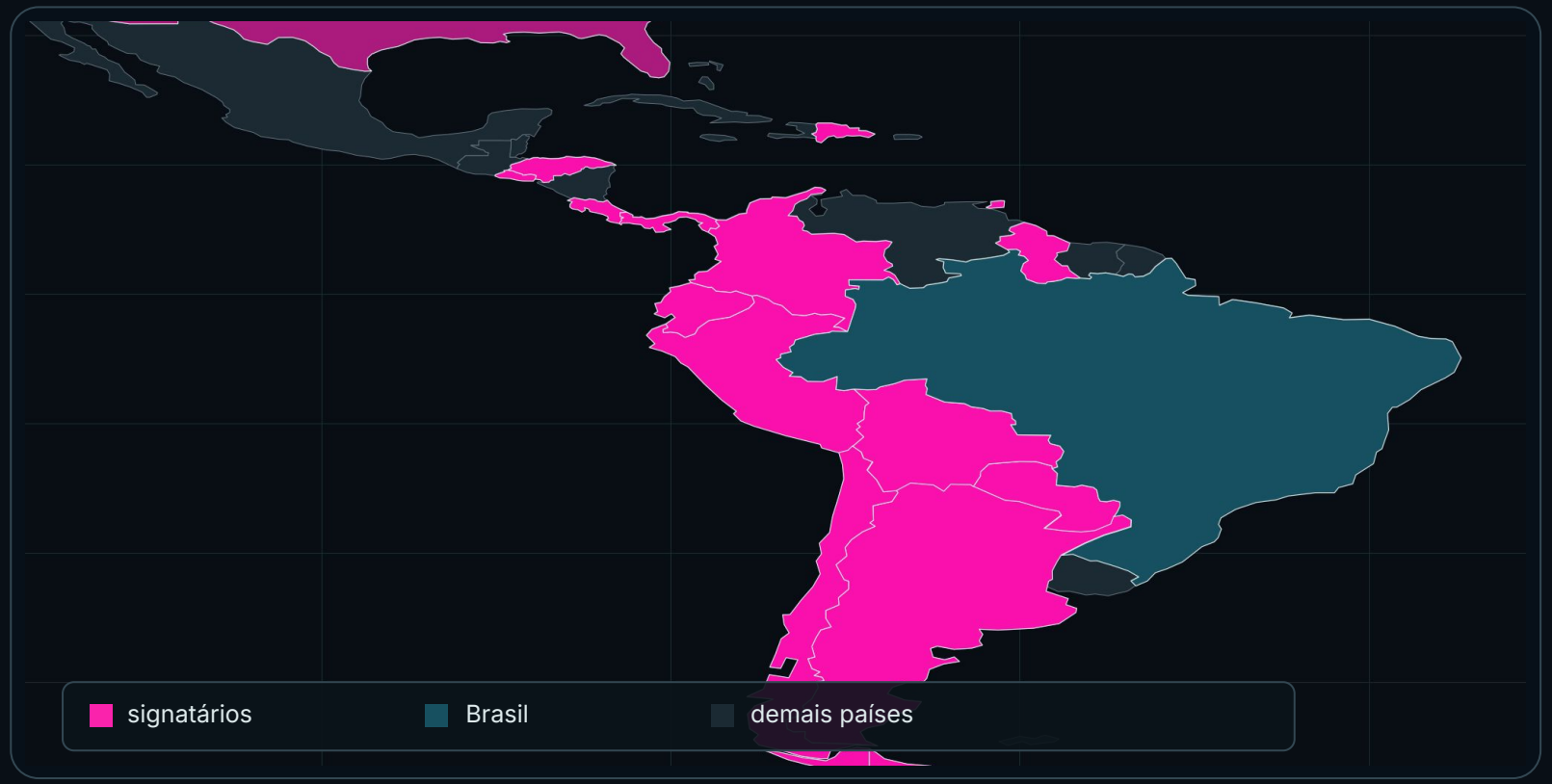
Cuidado

Assinatura não implica base militar.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Setembro: o círculo político-econômico

A declaração conjunta nomeia 15 governos, incluindo os EUA.



15

governos signatários

3

pilares declarados

Diferença

Bahamas, Belize, Guatemala e Jamaica não assinam setembro.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

A composição mudou — o significado também

Cada número refere-se a um registro institucional diferente.

17 signatários da declaração militar (mar)

13 governos na cúpula política (mar)

19 países referidos na rede de agosto

15 governos da declaração política (set)

Comparar os quatro números não permite calcular automaticamente expansão ou retração militar.

FONTES: A02 · A03 · A04 · A26

Brasil: não signatário, mas participante de exercícios

A relação bilateral e a cooperação multinacional são mais complexas que uma divisão em dois blocos.

Fora do Escudo formal

- Brasil não assinou a declaração de setembro
- Autonomia diplomática não equivale a isolamento

Dentro de outras redes

- Brasil participou do PANAMAX 2026
- Mantém cooperação militar com EUA e vizinhos

FONTES: A04 · A09 · A27

O espaço geográfico do SOUTHCOM

O mapa é uma representação territorial dos países; não marca alcances de ataque.



Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Hemisfério

A área de responsabilidade do comando abrange grande parte da região.

Brasil

O país tem peso territorial e econômico próprio.

Escopo

Risco geopolítico não equivale a hostilidade declarada.

Panamá: acesso rotativo e Canal

O papel do istmo combina passagem comercial e infraestrutura de segurança.



Canal

Administrado pelo Panamá.

Acesso

Presença rotativa norte-americana em instalações panamenhas.

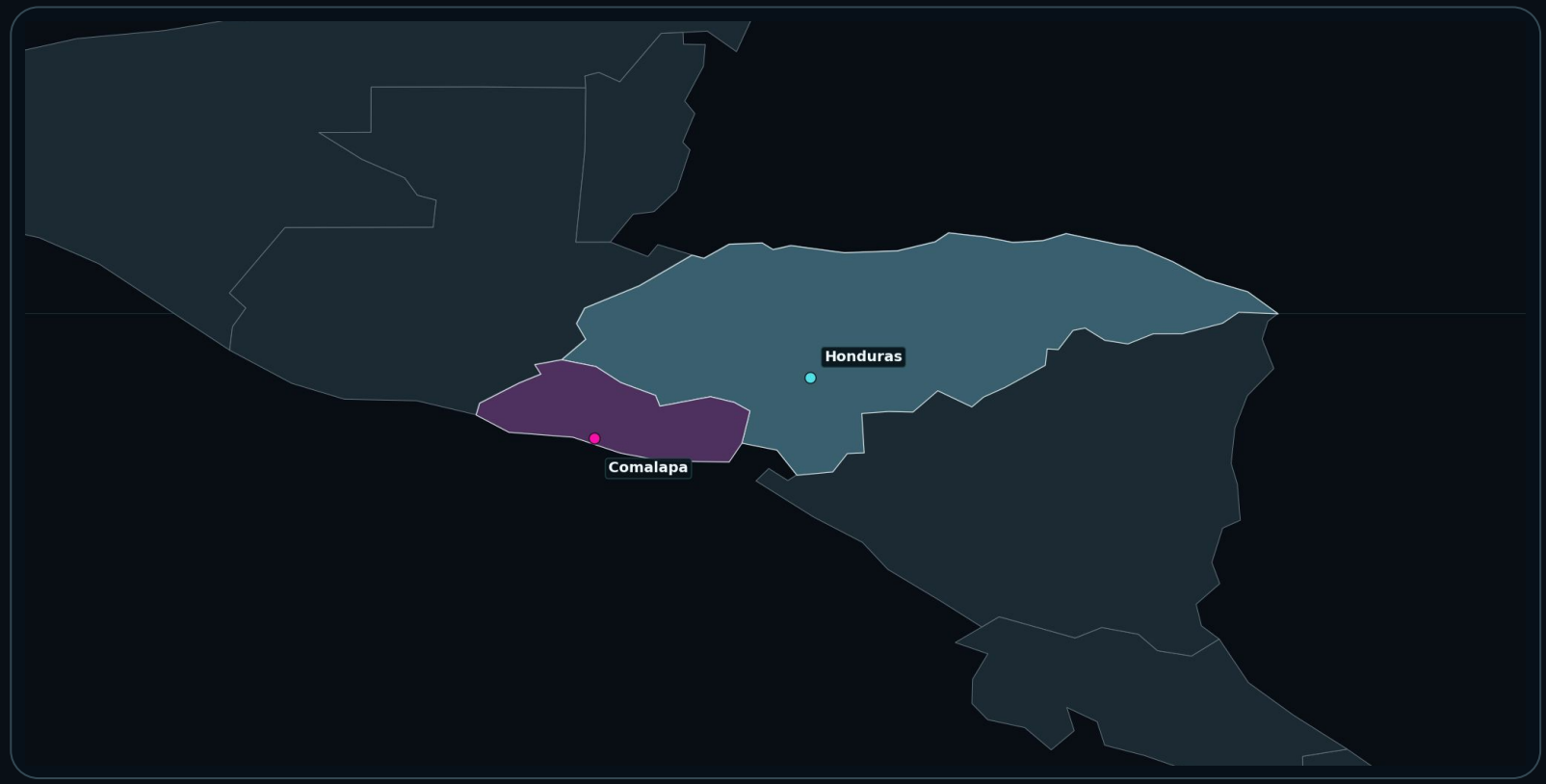
Separar

Canal, terminais portuários e instalações militares.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Honduras e El Salvador: regimes diferentes

JTF-Bravo em Soto Cano e cooperação aérea em Comalapa não são o mesmo instrumento.



Soto Cano

Instalação hondurenha que abriga JTF-Bravo.

Comalapa

Local de cooperação aérea em El Salvador.

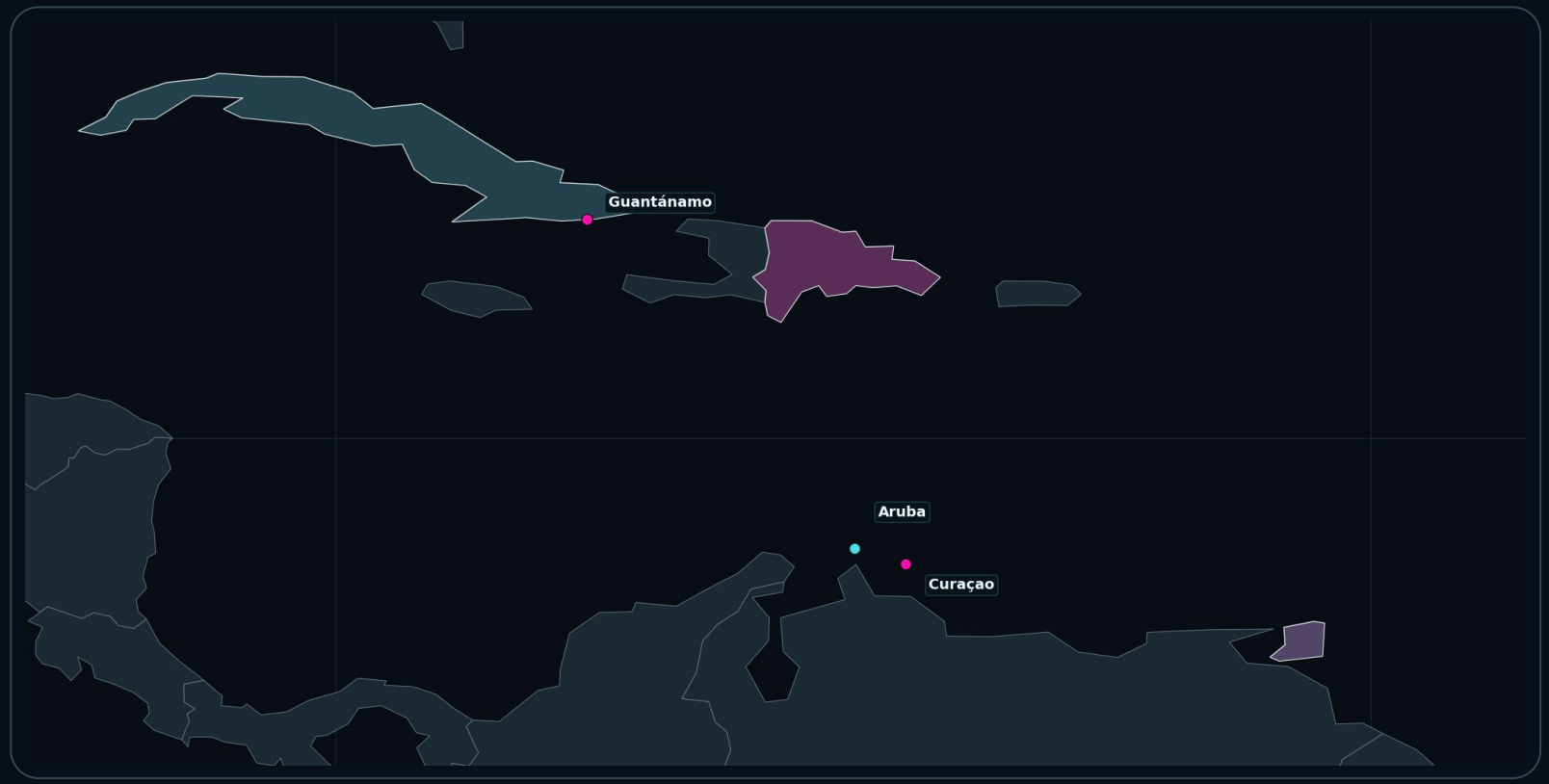
Cuidado

Regimes jurídicos e missões variam por país.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Caribe: presença histórica e pontos cooperativos

Guantánamo, Aruba e Curaçao não devem ser rotulados de forma idêntica.



Guantánamo

Instalação naval norte-americana histórica.

Aruba e Curaçao

Locais cooperativos de operações aéreas.

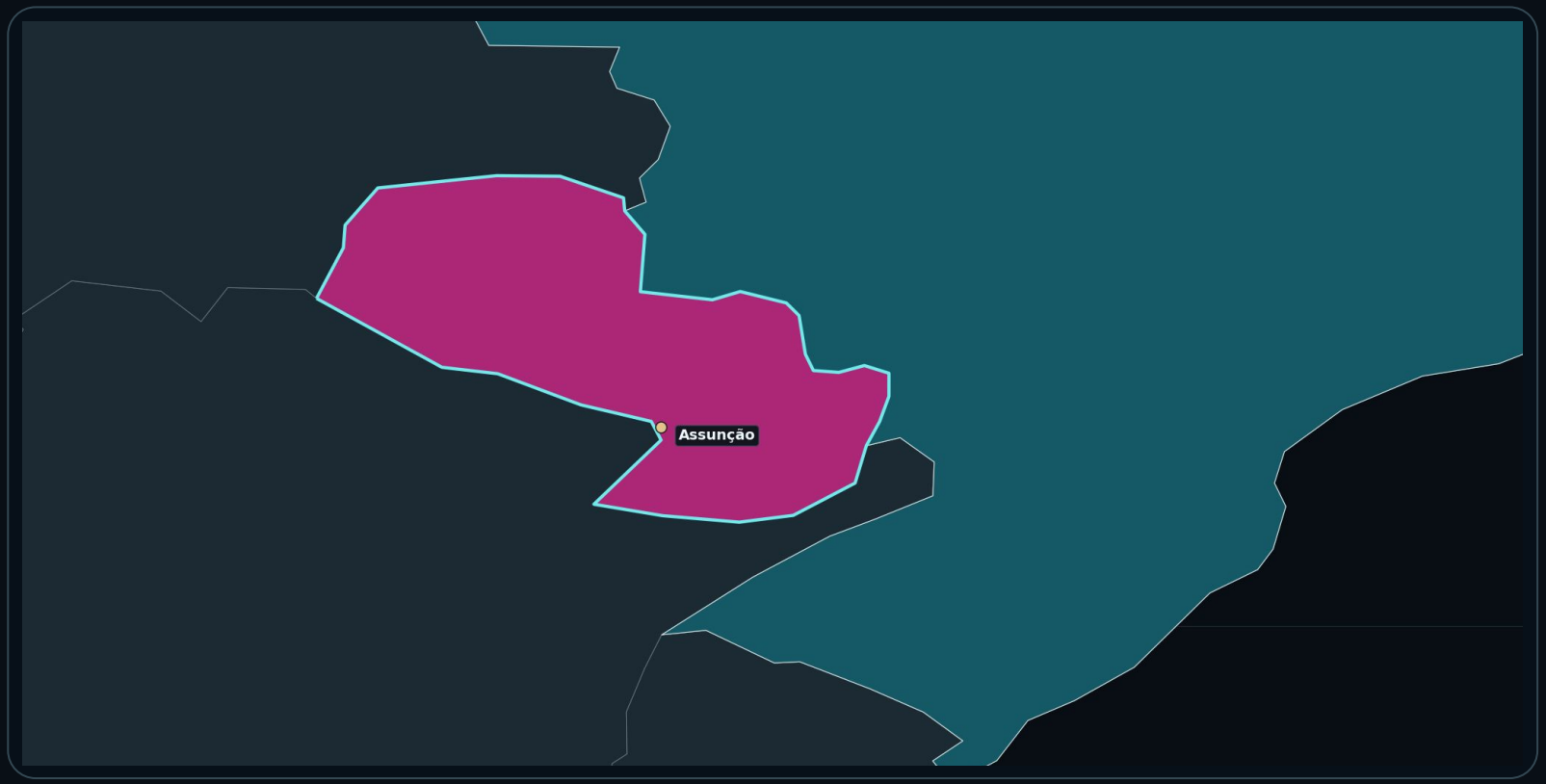
Nota

Os símbolos localizam regiões/cidades; não perímetros de base.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Paraguai: o alcance jurídico do SOFA

A Lei nº 7.630/2026 aprova condições para presença temporária norte-americana.



Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

11 mar

promulgação da lei

Regime

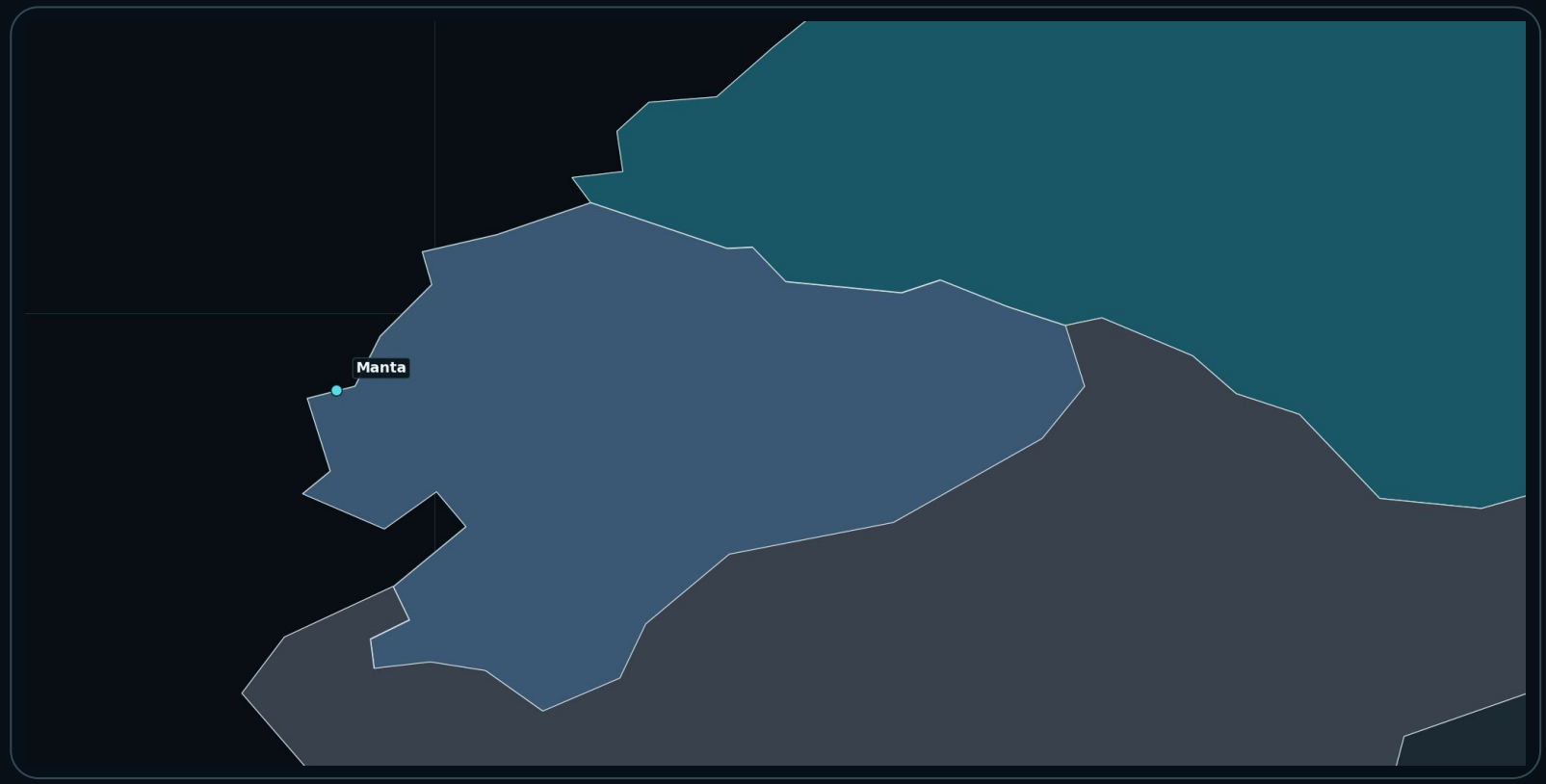
Acesso, jurisdição, comunicações e serviços.

Pendente

Checar a troca final de notas para vigência formal.

Equador: cooperação e controvérsia

Presença temporária e restrições constitucionais coexistem em disputa.



Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

2025

Eleitores rejeitaram mudança relativa a bases estrangeiras.

2026

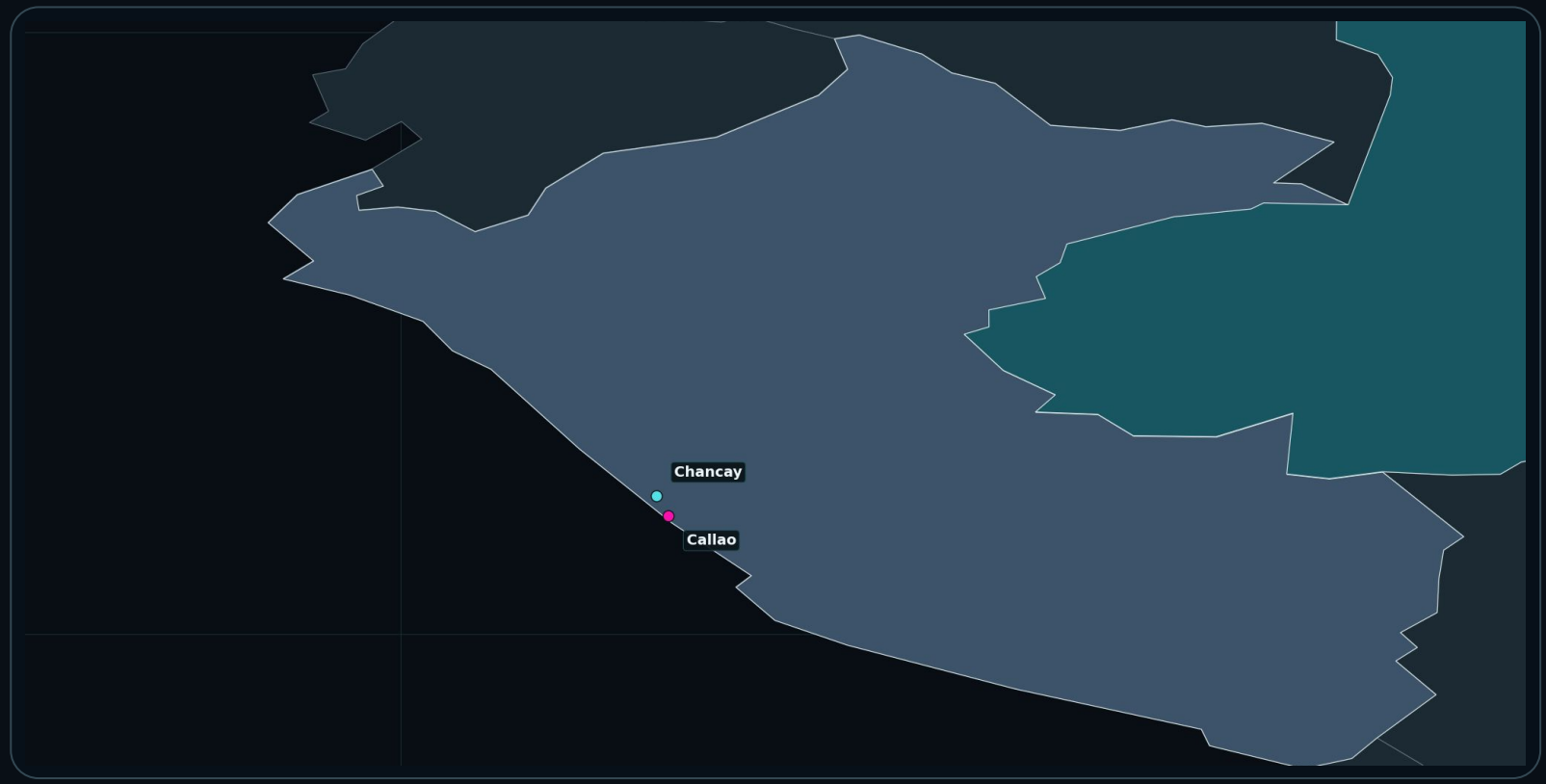
Continuidade da cooperação em instalações equatorianas.

Direito

Acesso operacional não elimina discussão constitucional.

Peru: Callao não é uma base dos EUA

A DSCA notificou uma possível venda para obras na base naval peruana.



US$ 1,5 bi

valor estimado de possível venda

Até 20

representantes em supervisão proposta

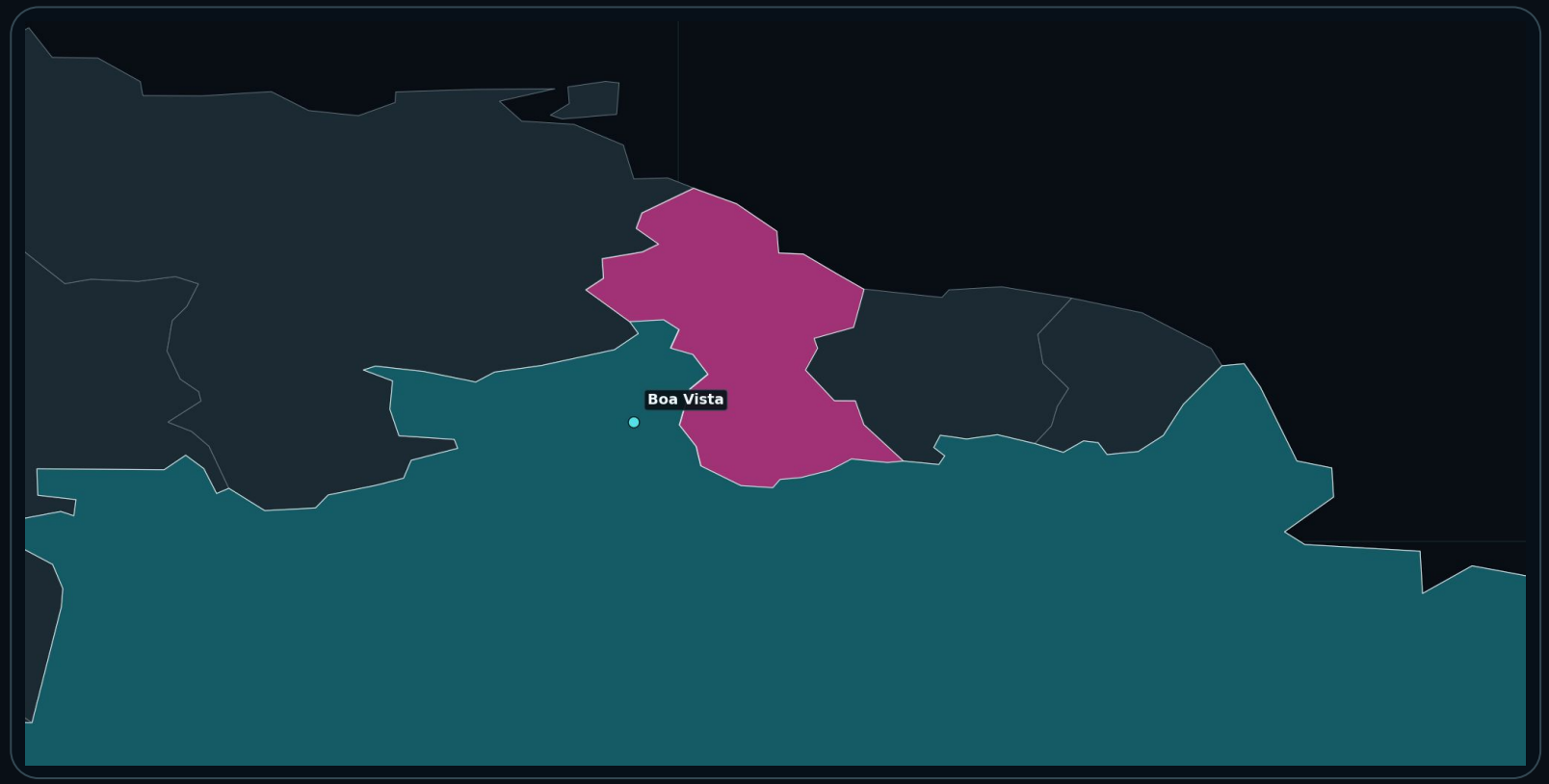
Não é

comprovação de base norte-americana.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Colômbia e Guiana: múltiplas parcerias

A participação na coalizão não extingue cooperação militar com o Brasil.



Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Colômbia

Treinamentos conjuntos com os EUA.

Guiana

Cooperação militar também com o Brasil.

Implicação

Alinhamento não é subordinação automática.

PANAMAX 2026: o Brasil estava presente

Interoperabilidade é observável; intenção hostil precisa de provas adicionais.

19 países envolvidos no exercício

3–13 agosto de 2026

11 países no componente cibernético

80+ especialistas em atividades cibernéticas

Exercício conjunto não implica adesão brasileira ao Escudo das Américas.

A geografia do cerco exige categorias distintas

Um mapa responsável descreve direitos e atividades antes de sugerir intenção.

Categorias comprováveis

- Base permanente
- Acesso rotativo ou cooperativo
- Treinamento e exercício
- Acordo jurídico

Inferências a examinar

- Capacidade de coordenação
- Dependência logística
- Possibilidade de coerção
- Vínculos com disputas comerciais

<código aberto>

PARTE III

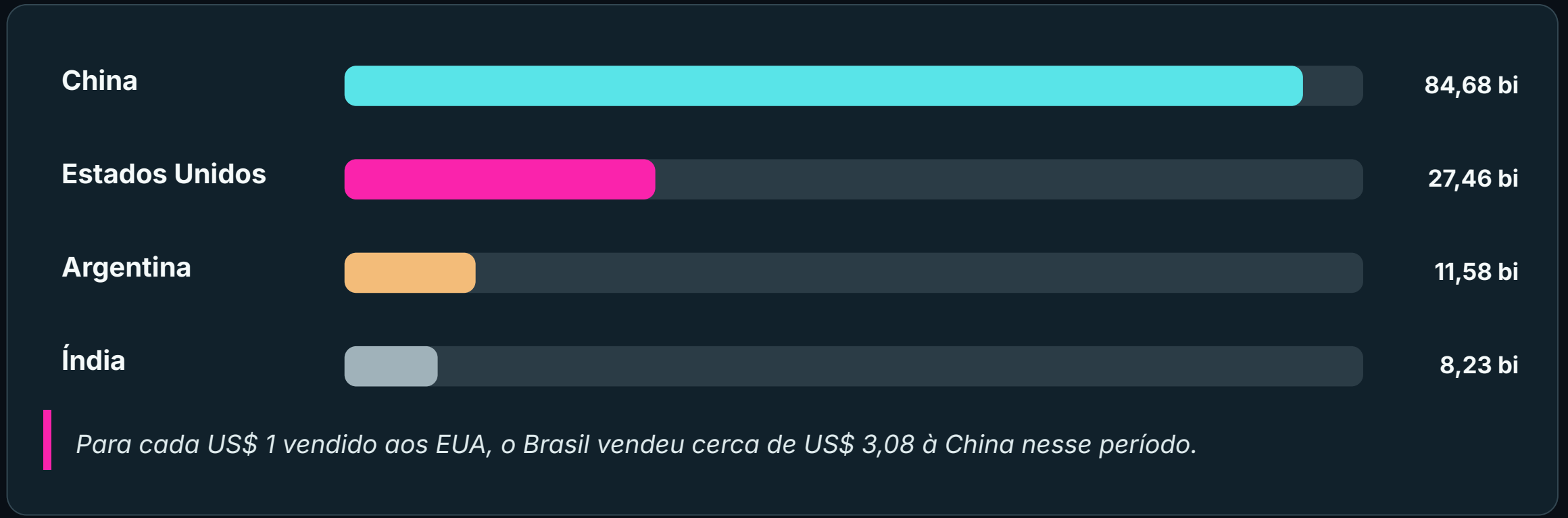
III. O poder sobre as saídas

Comércio, portos, corredores e infraestrutura: a geoeconomia da autonomia.



A China é o principal destino das exportações brasileiras

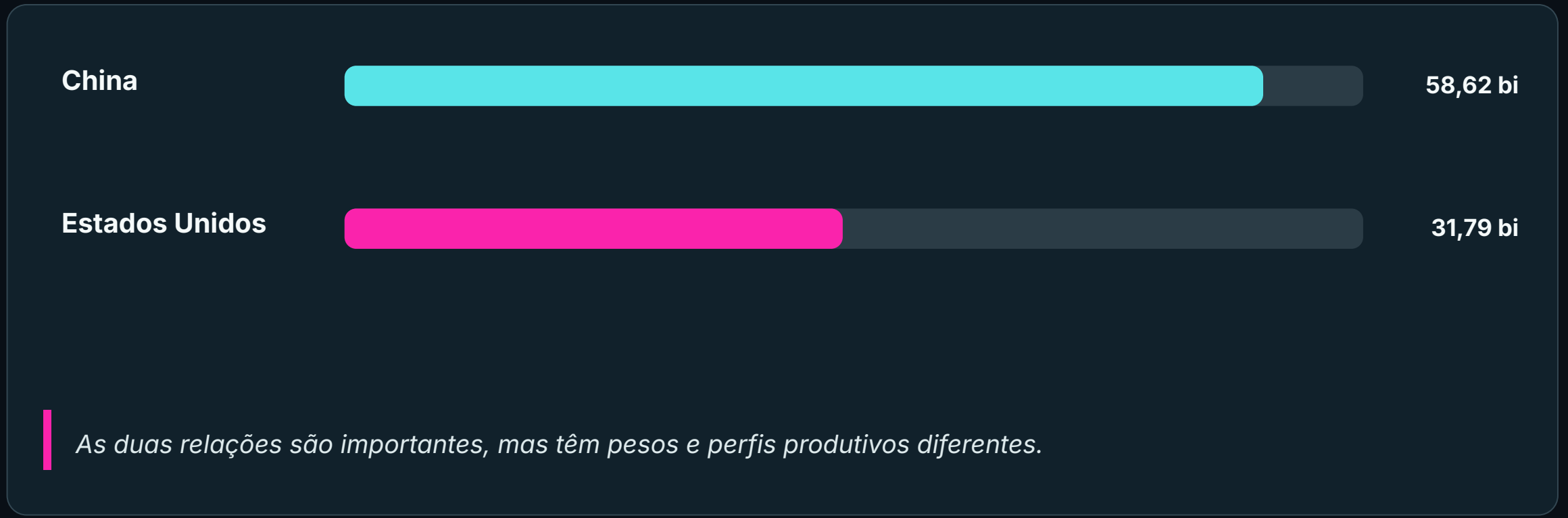
Valores FOB acumulados de janeiro a setembro de 2026, US$ bilhões.



Para cada US$ 1 vendido aos EUA, o Brasil vendeu cerca de US$ 3,08 à China nesse período.

As importações expõem outra interdependência

Compras brasileiras, janeiro–setembro de 2026, US$ bilhões.



As duas relações são importantes, mas têm pesos e perfis produtivos diferentes.

Comércio não é mero pano de fundo

A escala das relações econômicas dá materialidade à disputa por infraestrutura.

29,75% participação da China nas exportações brasileiras

9,65% participação dos EUA nas exportações brasileiras

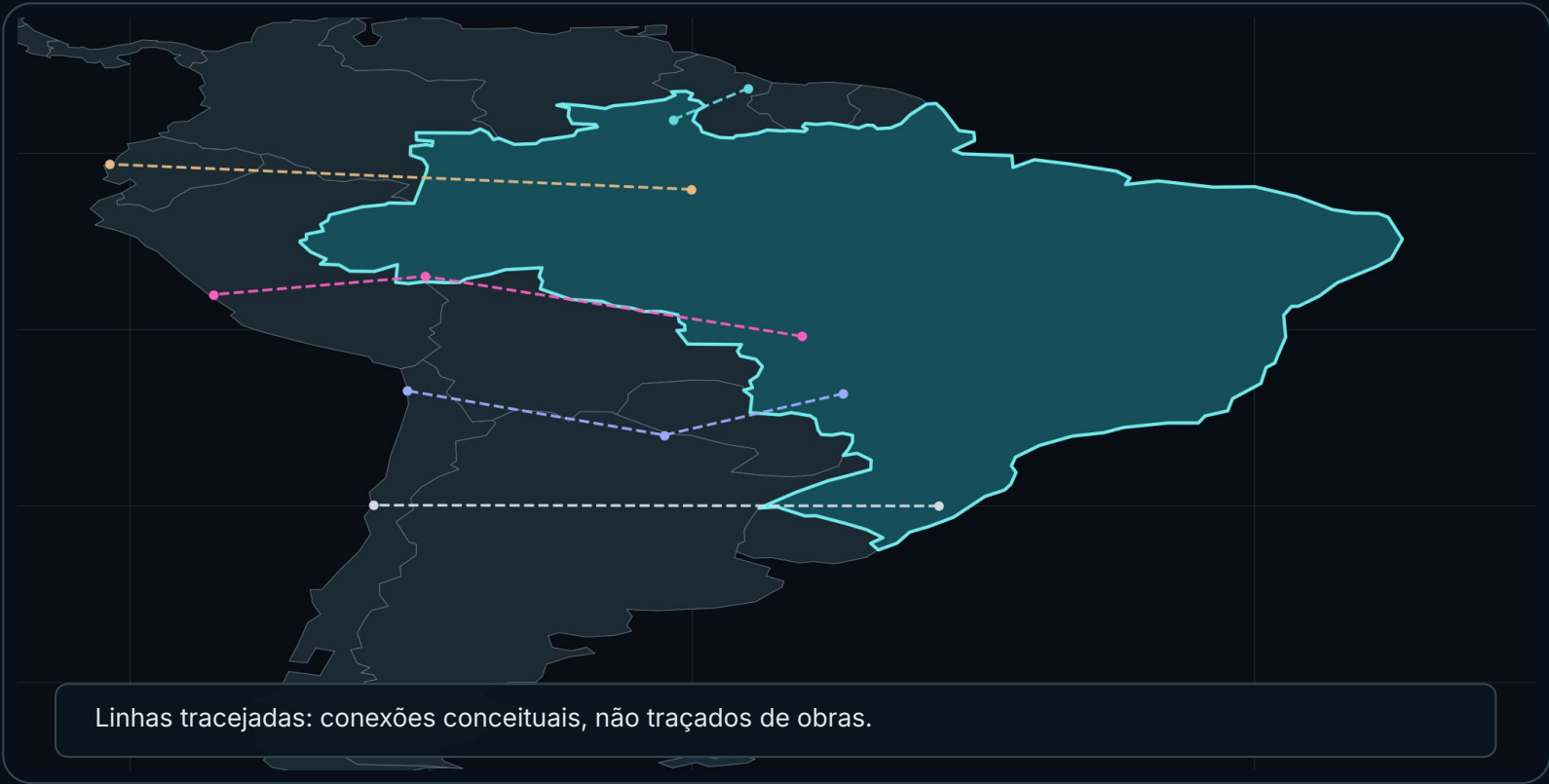
+12,0% variação exportada à China, 2026/2025

−6,5% variação exportada aos EUA, 2026/2025

Mesma fonte, mesma janela temporal: MDIC/Secex, jan–set/2026.

Cinco rotas para ampliar as opções brasileiras

Traçados no mapa são ligações conceituais entre regiões, não obras contínuas concluídas.



Linhas tracejadas: conexões conceituais, não traçados de obras.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Ilha das Guianas

fronteira setentrional

Amazônica / Rondon

acesso andino e ao Pacífico

Capricórnio / Sul

conexões do Cone Sul e portos do Pacífico

Chancay e Callao: vizinhos, funções distintas

Porto comercial operado pela COSCO versus obra naval peruana em avaliação.



Chancay

terminal comercial em operação.

Callao

porto principal e base naval peruana.

DSCA

venda possível; não há prova de controle militar dos EUA.

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

O Panamá conecta a política ao comércio

Porto, canal, concessão e acesso militar são instrumentos com regimes diferentes.

1
Canal
Gestão panamenha

→

2
Terminais
Concessões comerciais

→

3
Acesso militar
Arranjos de cooperação

→

4
Comércio
Dependências logísticas

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

Minerais críticos: quem agrega valor?

O debate não se reduz a vender minério: envolve processamento e tecnologia.

01

Extração

Direitos minerais e padrões ambientais.

02

Transformação

Refino, industrialização e infraestrutura energética.

03

Cadeias globais

Investimento, exportação e dependência de fornecedores.

Infraestrutura digital também é território

As fronteiras da soberania passam por redes, dados, fornecedores e padrões técnicos.

01 **Cabos e conectividade**

02 **Nuvens e centros de dados**

03 **Sistemas de vigilância**

04 **Compras públicas**

05 **Padrões de fornecedores**

06 **Auditoria e regulação**

O problema geoeconômico brasileiro

O risco reside na perda de alternativas de decisão, não em qualquer acordo comercial isolado.

Pressões possíveis

- Padrões de investimento
- Dependência tecnológica
- Controle de ativos críticos

Respostas disponíveis

- Diversificação de rotas
- Capacidade industrial
- Governança pública e transparência

FONTES: A04 · A10 · A28

<código aberto>

PARTE IV

IV. A disputa por dados, normas e narrativas

Capacidades cibernéticas, sanções financeiras e operações informacionais.

A coerção híbrida combina instrumentos diferentes

As conexões exigem mecanismos documentados, não apenas coincidências temporais.

01 **Militar**

02 **Financeiro**

03 **Jurídico**

04 **Cibernético**

05 **Informacional**

06 **Diplomático**

FONTES: A07 · A15 · A17

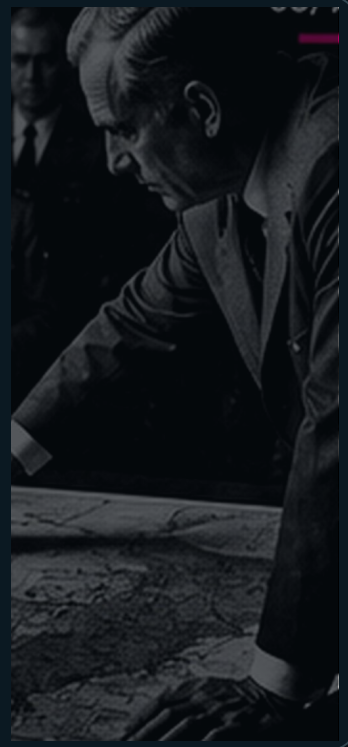
Operações psicológicas: capacidade institucional

O SOUTHCOM possui histórico público de atividades de influência sobre audiências estrangeiras.

Uma página institucional de 2021 inclui o Brasil entre os países contemplados por sua descrição histórica de MISO.

- Mídia tradicional e plataformas digitais
- Públicos estrangeiros e objetivos institucionais
- Em 2025 o Departamento voltou a adotar a sigla PSYOP

Histórico documentado ≠ operação específica em 2026



Atribuição exige uma cadeia de prova

Uma campanha não pode ser atribuída por semelhança estética ou conveniência política.

1 **Origem**
Registros e autoria

→

2 **Operação**
Financiamento e meios

→

3 **Distribuição**
Alcance mensurável

→

4 **Efeito**
Mudança observada

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

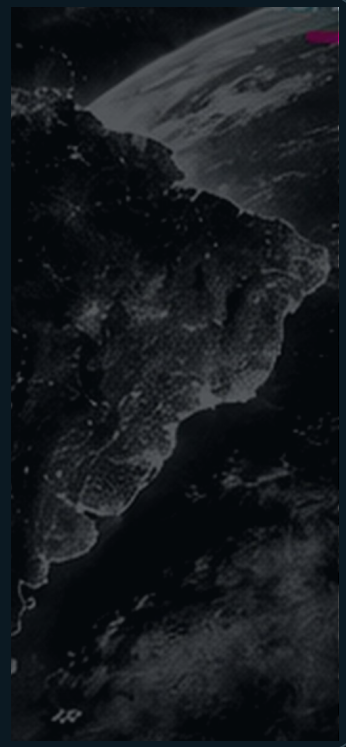
12 de agosto: novo memorando cibernético

Empresas privadas selecionadas podem participar de operações sob direção federal.

O programa mira organizações criminosas transnacionais envolvidas em crimes digitais contra interesses norte-americanos.

- Vigilância cibernética sob autorização
- Operações que possam produzir efeitos em redes
- Supervisão federal e autorizações graduadas

Escopo jurídico delimitado
Não é licença genérica para atacar o Brasil



A cadeia de governança cibernética

O desenho institucional importa tanto quanto a capacidade tecnológica.

1

Governo EUA

Política e autorização

→

2

DHS / Justiça

Direção e supervisão

→

3

Empresas

Capacidade técnica contratada

→

4

Alvo

Criminalidade digital delimitada

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

O ciberespaço entra nos exercícios regionais

PANAMAX não foi só movimentação terrestre, aérea e marítima.

80+ especialistas cibernéticos

11 países parceiros

2026 PANAMAX, agosto

1 problema central: autonomia sobre dados e rotinas

Não há demonstração pública de entrega irrestrita de segredos brasileiros.

A resposta brasileira já possui instituições

Capacidade própria e cooperação internacional podem coexistir.

01

Política 2023

Governança nacional de cibersegurança.

02

Estratégia 2025

Proteção ao cidadão, resiliência e soberania.

03

Exercício 2026

Guardião Cibernético 8.0 integra atores públicos e privados.

FONTES: A22 · A23 · A24

1º de julho: sanções direcionadas da OFAC

A infraestrutura financeira internacional amplia efeitos além das fronteiras.

2 pessoas físicas brasileiras

3 empresas brasileiras

1 empresa portuguesa

0 embargos gerais contra o Brasil

Sanções ligadas, segundo o Tesouro norte-americano, a uma rede associada ao PCC.

Como sanções criam efeitos indiretos

A cadeia depende de jurisdição, contratos e relações bancárias.

1

Listagem

Entidade designada

→

2

Bancos

Verificação de conformidade

→

3

Mercado

Acesso a serviços

→

4

Efeito

Custos para alvos e parceiros

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

Narrativa não é prova de operação

As operações informacionais exigem atribuição verificável.

Observável

- Documento institucional PSYOP
- Mensagem pública de campanha
- Distribuição digital identificável

Pendente em casos concretos

- Ordem operacional para o Brasil
- Autoria de conteúdo específico
- Efeito comportamental medido

Proteção da soberania digital

Condições institucionais para usar tecnologia sem abdicar de autonomia.

01

Auditoria

Rastreabilidade e acesso controlado a sistemas.

02

Reciprocidade

Regras claras no intercâmbio internacional.

03

Capacidade nacional

Pessoal, normas e infraestrutura própria.

<código aberto>

PARTE V

V. Soberania sob pressão

Riscos reais, hipóteses abertas e sinais de escalada que exigem acompanhamento.

Sete vetores de risco, sete padrões de prova

Gravidade potencial não é probabilidade e não prova materialização.

VETOR	EVIDÊNCIA	LIMITE
Autonomia econômica	Mecanismo documentado	Implementação parcial
Sanções financeiras	Atos executados	Alvos específicos
Presença militar	Acesso comprovado	Sem ordem contra Brasil
Cibernético	Programa e exercícios	Sem operação atribuída
Informacional	Capacidade histórica	Sem campanha 2026 comprovada
Força unilateral	Cenário juridicamente contestado	Não confirmado
Nuclear	Gravidade catastrófica	Implantação não demonstrada

Risco militar: capacidade não é decisão

O aumento de opções operacionais pode elevar poder de coerção sem indicar ataque iminente.

O que cresce

- Interoperabilidade regional
- Acordos de acesso e logística
- Capacidade de vigilância

O que falta provar

- Plano contra o Brasil
- Mobilização operacional hostil
- Ordem de emprego da força

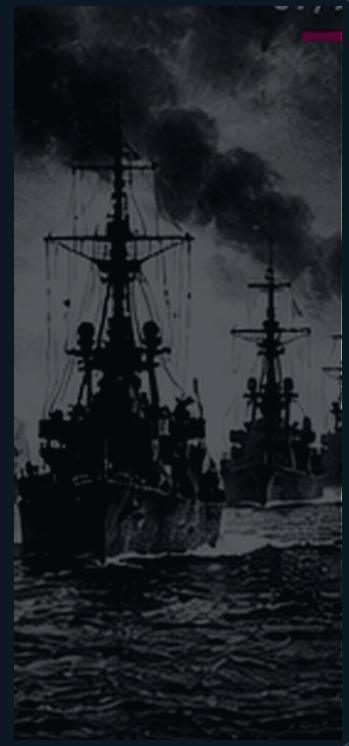
Risco jurídico: quem define o inimigo?

A designação unilateral de organizações criminosas pode criar fricção entre jurisdições.

O Itamaraty manifestou preocupação com a possibilidade de uso indevido dessas designações para justificar ações no Brasil.

- Definições jurídicas nacionais diferentes
- Instrumentos financeiros extraterritoriais
- Uso da força exige base jurídica própria

Designação terrorista ≠ autorização automática para intervir



FONTES: A17 · A31

Risco econômico: quando alternativas se estreitam

O custo da coerção é maior onde existem dependências concentradas.

1

Corredores

Portos e transporte

2

Investimento

Origem e condições

3

Tecnologia

Sistemas e fornecedores

4

Decisão

Autonomia produtiva

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

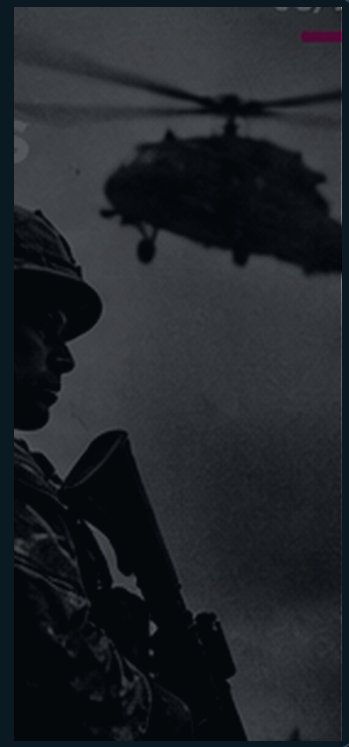
Risco cibernético: conhecer a defesa do outro

A troca de procedimentos pode gerar benefícios e vulnerabilidades.

Os exercícios cooperativos exigem controles de informação, limites de acesso e clareza sobre compartilhamento.

- Interoperabilidade não implica espionagem
- Regras de dados precisam ser verificáveis
- A capacidade própria brasileira reduz assimetrias

Problema-chave: governança do conhecimento sensível



FONTES: A16 · A22 · A24

Risco político e informacional

Três perguntas impedem a transformação de suspeita em notícia falsa.

01

Quem operou?

Autoria e cadeia de comando documentadas.

02

Como circulou?

Meios, financiamento e público-alvo.

03

O que produziu?

Efeitos demonstrados, não apenas presumidos.

Tratado de Tlatelolco: um limite jurídico central

A América Latina e o Caribe formam uma zona livre de armas nucleares por tratado.

> **A hipótese de estacionar armas nucleares em bases da região exige análise jurídica e comprovação material extraordinária.**

Síntese analítica com base no tratado e protocolos

Armas nucleares: precedente histórico e presente

A presença no passado não prova implantação atual.

Histórico

- Registros de armas norte-americanas em Porto Rico e Guantánamo
- Guerra Fria e mudanças posteriores de postura

2026

- Estoque militar dos EUA estimado em ~3.700
- Nenhuma nova base latino-americana com ogivas comprovada

O dado nuclear não é um mapa de implantação

Números de estoque nacional não revelam distribuição por base.

~3.700 ogivas estimadas no estoque militar dos EUA

~100 armas não estratégicas estimadas implantadas na Europa

0 implantações novas verificadas na América Latina

1 princípio: evidência positiva antes de afirmar presença

Estimativas de fonte aberta; inventários sigilosos não foram acessados.

A síntese do risco brasileiro

Uma formulação forte não precisa ultrapassar a documentação.

Conclusão sustentada

- Washington amplia opções regionais de influência e acesso
- A autonomia brasileira enfrenta pressões potenciais múltiplas

Não é conclusão provada

- Brasil como alvo militar principal
- Coesão total de todos os países
- Armas nucleares recém-estacionadas na região

<código aberto>

PARTE VI

VI. As escolhas de soberania

Cenários condicionais e caminhos institucionais de autonomia estratégica.

Três cenários, sem probabilidades inventadas

Não são previsões. São testes de exposição e capacidade de resposta.

01

Cooperação negociada

Disputas pontuais com canais militares e diplomáticos preservados.

02

Coerção seletiva

Pressões setoriais em finanças, investimentos e segurança.

03

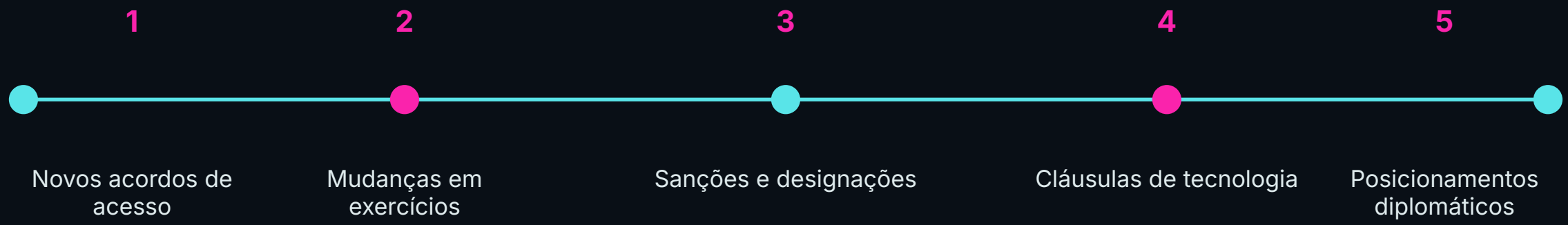
Escalada regional

Incidente grave e contestação do uso da força ou da jurisdição.

FONTES: A06 · A09 · A31

Quais sinais merecem monitoramento?

Indicadores públicos são mais úteis que rumores sobre decisões sigilosas.



Linha do tempo baseada em documentos datados. A sucessão cronológica não estabelece causalidade.

Quatro capacidades que ampliam a liberdade de escolha

O Brasil é sujeito da estratégia, não apenas objeto das decisões de outros.

01

Defesa e diplomacia

Coordenação soberana e prevenção de crises.

02

Produção e logística

Rotas diversificadas e valor agregado.

03

Tecnologia e instituições

Auditoria, regulação e capacidade nacional.

A conclusão estratégica

A geografia importa quando os meios de poder transformam opções abstratas em custos reais.

> **A fronteira decisiva não é apenas onde estão as tropas. É quem estabelece as condições pelas quais o Brasil pode decidir seu futuro.**

Síntese autoral do Código Aberto — interpretação, não documento operacional

<código aberto>

ANEXOS

VII. Documentos, método e rastreabilidade

As fontes permitem reproduzir as conclusões — e reconhecer seus limites.

Como auditar as afirmações

A fonte mais próxima do ato possui prioridade, sem imunidade a crítica.

Nível 1

Norma, tratado, declaração, dado estatístico primário.

Nível 2

Atividade confirmada por registros oficiais e independentes.

Nível 3

Interpretação geopolítica com mecanismo e contraprova.

Documentos-chave 1/6

Doutrina e formação da coalizão.

A01	Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, dez/2025	Consultar fonte
A02	Declaração militar da coalizão, 5 mar/2026	Consultar fonte
A03	Criação da JTF-Western Hemisphere, ago/2026	Consultar fonte
A04	Declaração sobre soberania hemisférica, 22 set/2026	Consultar fonte
A06	Estratégia Nacional de Defesa dos EUA, jan/2026	Consultar fonte

Links clicáveis para conferência em fonte externa. Data de corte: 6 nov/2026.

Documentos-chave 2/6

Comando militar e relações Brasil–Estados Unidos.

A07	SOUTHCOM: depoimento Donovan ao Congresso, mar/2026	Consultar fonte
A09	CRS: Brasil e relações com EUA, out/2026	Consultar fonte
A25	Celso Amorim: avaliação de cerco ao Brasil, out/2026	Consultar fonte
A27	U.S. Army: PANAMAX, 19 países, ago/2026	Consultar fonte
A30	Diálogo Américas: análise da coalizão, nov/2026	Consultar fonte

Links clicáveis para conferência em fonte externa. Data de corte: 6 nov/2026.

Documentos-chave 3/6

Acordos nacionais, Peru e Panamá.

A11	DSCA: possível venda para obras em Callao, jan/2026	Consultar fonte
A12	Congresso do Paraguai: Lei 7.630/2026	Consultar fonte
A14	Congresso paraguaio: tramitação do SOFA	Consultar fonte
A34	Paraguai: texto integral da Lei 7630	Consultar fonte
A35	Natural Earth: fronteiras nacionais, mapa 1:110m	Consultar fonte

Links clicáveis para conferência em fonte externa. Data de corte: 6 nov/2026.

Documentos-chave 4/6

Economia, logística e rotas.

A10	MDIC/Secex: comércio exterior, jan–set/2026	Consultar fonte
A28	MPO: Programa Rotas de Integração, fev/2026	Consultar fonte
A32	MPO: cinco rotas e contexto de integração	Consultar fonte
A04	Declaração sobre soberania hemisférica, 22 set/2026	Consultar fonte
A07	SOUTHCOM: depoimento Donovan ao Congresso, mar/2026	Consultar fonte

Links clicáveis para conferência em fonte externa. Data de corte: 6 nov/2026.

Documentos-chave 5/6

Cibersegurança, operações informacionais e finanças.

A15	Casa Branca: programa de operações cibernéticas, ago/2026	Consultar fonte
A16	U.S. Army: componente cibernético do PANAMAX	Consultar fonte
A17	Tesouro EUA: sanções à rede ligada ao PCC, jul/2026	Consultar fonte
A22	Ministério da Defesa: Guardião Cibernético 8.0	Consultar fonte
A29	SOUTHCOM: página histórica sobre MISO	Consultar fonte
A33	Memorando de 2025: PSYOP substitui MISO	Consultar fonte

Links clicáveis para conferência em fonte externa. Data de corte: 6 nov/2026.

Documentos-chave 6/6

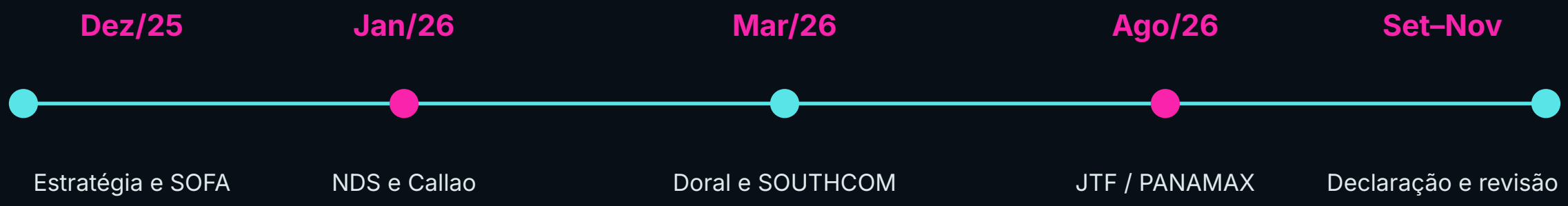
Nuclear, direitos e limites jurídicos.

A18	Human Rights Watch: operações no Equador, out/2026	Consultar fonte
A19	Tratado de Tlatelolco: texto e protocolos	Consultar fonte
A20	FAS: estimativas do arsenal nuclear, 2026	Consultar fonte
A21	Norris, Arkin e Burr: histórico nuclear na região	Consultar fonte
A31	Agência Brasil: alerta do Itamaraty, jul/2026	Consultar fonte

Links clicáveis para conferência em fonte externa. Data de corte: 6 nov/2026.

Cronologia sintética da arquitetura

Principais marcos verificados entre dezembro de 2025 e novembro de 2026.



Linha do tempo baseada em documentos datados. A sucessão cronológica não estabelece causalidade.

Março de 2026: declaração militar

17 signatários totais, entre EUA e 16 países parceiros.

- **Estados Unidos**
- **Argentina**
- **Bahamas**
- **Belize**
- **Bolívia**
- Chile
- Colômbia
- **Costa Rica**
- **República Dominicana**
- **Equador**
- **El Salvador**
- **Guatemala**
- **Guiana**
- **Honduras**
- **Jamaica**
- **Panamá**
- **Paraguai**
- **Peru**
- **Trinidad e Tobago**

■ Assinou / participou da instância indicada

■ Não consta nessa instância

Setembro de 2026: declaração política

15 governos signatários; diferenças em relação ao documento de março.

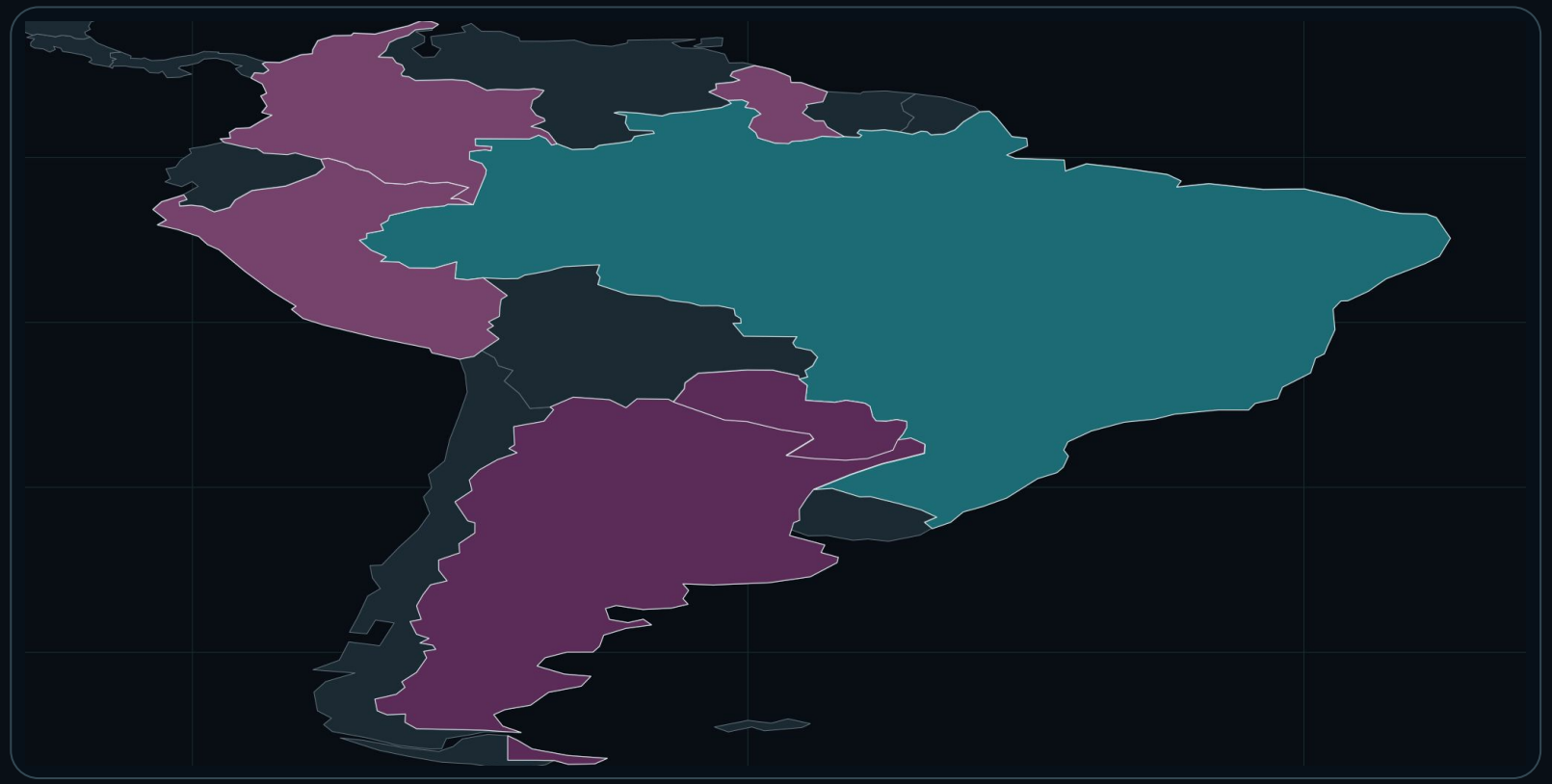
- **Estados Unidos**
- **Argentina**
- Bahamas
- Belize
- **Bolívia**
- **Chile**
- **Colômbia**
- **Costa Rica**
- **República Dominicana**
- **Equador**
- **El Salvador**
- Guatemala
- **Guiana**
- **Honduras**
- Jamaica
- **Panamá**
- **Paraguai**
- **Peru**
- **Trinidad e Tobago**

■ Assinou / participou da instância indicada

■ Não consta nessa instância

Atlas de categorias: não confundir símbolos

Visão regional ilustrativa: países distintos abrigam formas distintas de cooperação.



Instalação

presença física sob regime específico

Acordo

direitos de acesso e jurisdição

Exercício

treino com data e duração definidos

Mapa: Natural Earth 1:110m. Localidades indicativas; não representa perímetros de bases.

Glossário mínimo da investigação

Três distinções impedem interpretações equivocadas.

01

SOFA

Acordo sobre o estatuto de forças estrangeiras.

02

Interoperabilidade

Capacidade de forças atuarem em conjunto.

03

Coerção

Uso de custos ou ameaças para influenciar uma decisão.

A metodologia de verificação

Toda conclusão deve manter uma trilha pública.

1

Afirmação

Formulação precisa

2

Documento

Data e origem

3

Contraprova

Limites e alternativas

4

Publicação

Fonte e errata

Leitura de processo: vínculos devem ser demonstrados, não apenas sugeridos por sequência temporal.

As lacunas permanecem identificadas

Nenhuma análise de fonte aberta substitui acesso a documentos classificados.

Reproduzível

- Doutrina pública
- Dados comerciais
- Acordos e exercícios
- Estimativas nucleares

Não acessível

- Ordens sigilosas
- Disponibilidade militar completa
- Contratos privados integrais
- Operações não reconhecidas

Principais correções da auditoria

A revisão cruzada alterou afirmações dos cadernos anteriores.

01

Participação

Março, agosto e setembro usam denominadores diferentes.

02

Peru

Possível venda para Callao não equivale a base dos EUA.

03

Nuclear

Modernização do arsenal não prova deslocamento regional.

Autoria, método e créditos

Uma investigação do Código Aberto conduzida por Reynaldo Aragon.

- Autoria e direção intelectual: Reynaldo Aragon
- Projeto editorial e publicação: Código Aberto
- Fontes: governos, organismos, relatórios especializados e material autoral
- Cartografia: Natural Earth 1:110m; rótulos de localidade, sem perímetros militares
- Imagens de abertura: composições conceituais monocromáticas, não registros dos eventos de 2026
- Data de corte: 6 de novembro de 2026 — horário de Brasília

<código aberto>

A geografia do cerco e as fronteiras do poder

O que está em jogo não é apenas um mapa. É a capacidade do Brasil de escolher seu próprio caminho.